

NOTAS SOBRE AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Renato Ortiz

Dizem que era comum encontrar estampada nos bondes que circulavam na capital paulista a seguinte frase: "São Paulo, a Chicago da América do Sul". Porém quando Richard Morse chegou para pesquisar a formação histórica da cidade, ele estranhou a comparação, pois existiam somente "três ou quatro prédios com cem anos de idade"¹. Observação pertinente para quem estava acostumado com a arquitetura de Louis Sullivan e Frank Lloyd Wright. Chicago era uma cidade de arranha-céus: Leiter Building (1885), Reliance Building (1895), ou o Great Northern Hotel (1892) com seus 22 andares. Seu espaço urbano foi praticamente remodelado no final do século, sendo adaptado para ser um grande e moderno núcleo. Mas talvez nosso viajante tenha tomado a mensagem rigorosamente ao pé da letra. Não era o local que lhe era familiar que deveria ser considerado como referência, a sentença revelava uma vontade mal confessada: São Paulo dos anos 40 gostaria de ser uma Chicago da América do Sul. A comparação se impunha, mas com o seu passado. Corrigindo temporalmente a afirmação, creio que é possível relacionar a Escola de Sociologia da USP ao grupo de Albion Small, W.I. Thomas, Veblen, Robert Park. Fernando Henrique Cardoso, num depoimento sobre a trajetória de Florestan Fernandes, sugere esta aproximação. Ele dizia que "nos meados dos anos 50, Florestan começou um novo momento do percurso intelectual, que durou muito tempo e foi marcante. E este momento está ligado a duas preocupações: uma com os negros e outra com a cidade de São Paulo. Eu não sei se já foi suficientemente ressaltado o que era esta preocupação de Florestan com a cidade de São Paulo. Talvez o modelo fosse Chicago, já que a Sociologia americana tinha tido um enorme *élan* com estudos sobre Chicago"².

Há analogias entre os dois casos. Chicago era um pequeno agrupamento de índios em 1800, em torno de 1850 possuía uma população de 30.000 habitantes, que em fins do século atingia o número de 1.699.000 (segundo centro urbano dos Estados Unidos)³. São Paulo até 1850 era um povoado de menor importância, com uma população de 20.000 pessoas, num momento em que o Rio de Janeiro concentrava as atenções enquanto capital federal. Em 1886 este número se altera pouco, 47.697, é somente em 1940 que sua população atinge um total de 1.326.261 (segunda cidade do país). Os dois centros são marcados pelo ritmo de

(1) "Morse, Historiador Volta à Chicago Tupiniquim", *Folha de S. Paulo*, 24 de julho de 1988.

(2) Fernando Henrique Cardoso, "A Paixão pelo Saber", in *O Saber Militante; ensaios sobre Florestan Fernandes*, RJ, Paz e Terra, 1987.

(3) Sobre a escola de Chicago, ver Dennis Smith, *The Chicago School: a Liberal Critique of Capitalism*, Londres, Macmillan Education Ltd, 1988.

suas indústrias, pela efervescência cultural, e certamente pela criação de novas instituições universitárias. Nos Estados Unidos, apoiada pelo financiamento privado, a Universidade de Chicago cria o Departamento de Sociologia em 1892, no Brasil, contando com o beneplácito do Estado, a elite paulista funda a Universidade de São Paulo e sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Inclusive no que diz respeito ao intercâmbio com as idéias européias as semelhanças persistem. Pode-se imaginar que em Chicago circulassem bondes com a seguinte inscrição: "A Berlim dos Estados Unidos", maneira como a cidade se autodefinia em contraposição ao seu alter-ego europeu. Uma reciprocidade constante: Louis Wirth era alemão de nascimento, Robert Park e W.I. Thomas estudaram nas universidades alemãs; o que significou um diálogo estreito com os estudos de Weber e principalmente de Simmel. Na Faculdade de Filosofia a primazia coube aos franceses, mas nos dois casos temos um relacionamento fecundo com as idéias de além-mar.

Os historiadores têm a tendência de considerar o livro de W.I. Thomas e Florian Znaniecki *The Polish Peasant in Europe and America*, publicado em 1918, como um marco nas Ciências Sociais americanas. Momento em que reflexão teórica e pesquisa empírica se juntaram. Talvez outros preferissem *Introduction to the Science of Sociology* (1921) de Park e Burgess, considerada a pequena bíblia dos investigadores chicaguianos. Seria possível encontrar dentro da produção uspiana uma referência similar? Aceitando a sugestão de Fernando Henrique Cardoso poderíamos apontar "Branco e Negro em São Paulo", de Roger Bastide e Florestan Fernandes, publicado na *Revista Anhembi* em 1953. Ou quem sabe *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*; ensaios sobre aspectos da formação e desenvolvimento das Ciências Sociais na sociedade brasileira (1958) de Florestan Fernandes. De qualquer forma, escolhendo-se os parâmetros que se julguem os mais apropriados salta aos olhos nesta comparação a defasagem no tempo. Não tão distante, se tivermos no horizonte o surgimento da Sociologia na França; *As Regras do Método Sociológico* é de 1895, e a formação da equipe do *L'Année Sociologique* de 1898. Mas o suficiente para revelar uma característica específica das Ciências Sociais no Brasil, sua emergência tardia.

Procurei mostrar em *Moderna Tradição Brasileira* como algumas esferas de bens restritos, arte e literatura, se consolidam no Brasil somente na década de 40⁴. Um movimento idêntico ocorre com as Ciências Sociais. Porém, para que a Sociologia se autonomize enquanto disciplina acadêmica é necessário que ela se diferencie em relação ao passado. Neste sentido, a formação da Universidade de São Paulo é sugestiva.

É curioso observar como a escola paulista de Sociologia privilegiou nos seus primeiros anos a problemática da cultura. A observação que hoje em dia se faz, de um empobrecimento da Sociologia, tornando-se quase que um apêndice da Economia, certamente não se aplicaria a esta época. Antonio Candido se inclinou para a análise da cultura caipira e da literatura, Maria Isaura Pereira de Queiroz para o estudo das religiões e da cultura camponesa. Florestan Fernandes se interessou pelo folclore, a cultura indígena, e dedicou boa parte de seus escritos à integração do negro na sociedade de classes. Por que esta insistência nos temas socioculturais?

Talvez pudéssemos traduzir, num primeiro momento, o argumento da "influência francesa" por "influência durkheimiana". Não me refiro tanto ao positivismo enquanto método. Na França inclusive, as análises de Marcel Mauss haviam nuançado a oposição rígida entre indivíduo e sociedade que marca a obra de Durkheim. Pode-se ainda dizer que entre a *Divisão do Trabalho Social* e *As Formas Elementares da Vida Religiosa* há um deslocamento de eixo, que passa da infra-estrutura

(4) Renato Ortiz, *A Moderna Tradição Brasileira*, SP, Brasiliense, 1988.

da divisão do trabalho para a superestrutura dos "ideais"; privilegiam-se assim os estudos da consciência coletiva enquanto representação cultural. No entanto, esta sociologia chegava no Brasil no momento em que se transformava no seu país natal. Na França, a presença do marxismo já se fazia sentir nos anos 40, embora fosse quase inexistente entre nós⁵. Os estudos de Caio Prado eram exceções, na tentativa de se aplicar o materialismo histórico à compreensão da sociedade brasileira. Apesar da insistência de Florestan Fernandes em traçar um paralelo entre sua obra e sua militância política, fica claro que trabalhos como *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* ou *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* dificilmente poderiam ser considerados como marxistas. Se é verdade que a Faculdade de Filosofia da USP cresceu sob a hegemonia francesa, não se pode esquecer que esta ascendência remontava a uma sociologia dos anos 20, momento em que a geração de professores que veio ao Brasil se formou. Período em que a escola durkheimiana é hegemônica e os estudos culturais florescem⁶. Basta lembrarmos as obras de alguns colaboradores de Durkheim: Marcel Mauss — *Essay sur le Don*; Bouglé — *Essay sur les Castes*; Maurice Halbwachs — *La Mémoire Collective*. Com a fundação de *L'Année Sociologique*, os estudos de Durkheim se voltam sobretudo para a religião e os povos primitivos. Talvez por isso as temáticas que se impõem ao pensamento sociológico acadêmico no Brasil tenham um quê de "francês", ou melhor de "durkheimiano". Como na França, assuntos como Estado, classes trabalhadoras, poder, são colocados em segundo plano em relação aos objetos considerados como "mais culturais".

É provável, porém, que outras razões possam ser invocadas para responder a pergunta anterior. A Escola de Sociologia e Política, com Willems e Donald Pierson, também se interessou pelos estudos de comunidade. Como se a sociedade brasileira na época, nos termos de Tonnies, fosse rica em comunidade e pobre em sociedade. No entanto, o pensamento tradicional sobre o Brasil já vinha privilegiando temas como literatura, religiosidade popular, folclore, questão racial. Basta lembrarmos dos escritos de Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Câmara Cascudo, Gilberto Freyre. Não há solução de continuidade temática entre os velhos pensadores e a escola de sociologia paulista. Coincidência? Talvez. Mas poderíamos arriscar uma outra interpretação.

Até a década de 40, a produção do pensamento sociológico no Brasil se fazia dentro de um contexto em que literatura, filosofia, discurso político, beltrismo, se misturavam. Uma disciplina marcada pelo ecletismo e pelo ensaísmo, que se construía sobre o fundamento de afirmações genéricas que prescindiam de um trabalho sistemático de pesquisa⁷. Na verdade, não existia ainda um espaço específico, no interior do qual o saber sociológico pudesse se autonomizar, ele se espalhava pelas escolas de Medicina, de Direito, e pelos Institutos Históricos e Geográficos. A universidade moderna rompe com esta circunstância; ela secreta as condições materiais para o desenvolvimento de uma autonomia científica definida agora por outros parâmetros. A Sociologia, ao se apresentar como uma "esfera de bens restritos", marcada pela ideologia do acadêmico, se afasta de seu destino anterior. Se as temáticas permanecem, elas devem ser submetidas a um processo de reinterpretação.

De fato, assuntos como cultura indígena, questão racial, folclore, definem os estudos sobre o Brasil realizados do final do século até 1940. Eles se encontravam intrinsecamente vinculados à problemática nacional, da identidade brasileira. Mas há uma diferença entre os escritos de Câmara Cascudo e os livros de Maria Isaura Pereira de Queiroz ou de Florestan Fernandes sobre o folclore. Uma novi-

(5) Na década de 30 o marxismo começa a penetrar nas universidades através de um grupo de jovens intelectuais comunistas como Paul Nizan, Henri Lefebvre, Georges Politzer, Georges Friedmann.

(6) Sobre um balanço da Sociologia francesa neste período ver Marcel Mauss, "La Sociologie en France depuis 1914" e "L'Oeuvre Inédite de Durkheim et ses Collaborateurs", in *Oeuvres* (vol. 3), Paris Minuit, 1969.

(7) Ver Octavio Ianni, "Florestan Fernandes e a Formação da Sociologia Brasileira", introdução a *Florestan Fernandes*, SP, Ática, 1986.

dade é introduzida: a Sociologia. Na introdução a seu estudo sobre a dança de São Gonçalo num povoado baiano, Maria Izaura Pereira de Queiroz cuidadosamente distingue sua metodologia da dos folcloristas. Ela diz: "Faltava principalmente uma formação especializada que permitisse a abordagem do problema sob este aspecto [sociológico]. Não existindo ainda no Brasil cursos de Ciências Sociais, os folcloristas, embora sentindo a necessidade de uma focalização nova do assunto, completando as já existentes, não podem incrementar suas pesquisas neste sentido. A formação especializada é uma das primeiras condições para a realização de qualquer trabalho de maneira objetiva e eficiente. Sendo o fato folclórico um fato social, cumpre examiná-lo também sob esse aspecto, e para tal é necessária uma formação sociológica"⁸. Na verdade, o que se encontra por trás desta afirmação é todo o debate sobre a cientificidade do folclore. A polêmica entre Florestan Fernandes e Edison Carneiro, considerada menor pelos historiadores das idéias no Brasil, é reveladora. Florestan, em artigos como "Sobre o Folclore" (1945) e "A Burguesia, o Progresso e o Folclore" (1944), havia criticado explicitamente a pretensão de o folclore constituir-se numa ciência positiva autônoma⁹. Evidentemente, para o autor, os "fatos folclóricos" constituíam em si uma manifestação cultural importante, mas eles somente se tornariam inteligíveis quando estudados por disciplinas específicas como a Sociologia ou a Antropologia. A posição de Florestan não traz uma novidade epistemológica. Na Europa, estudiosos como Van Gennep tinham sérias dúvidas a respeito da existência de um Folclore (com maiúscula). Por outro lado, na França e na Inglaterra, os folcloristas possuíam pouco prestígio, uma vez que a universidade moderna, criada no final do século XIX, concentrava as pesquisas de ponta. Os estudos folclóricos ocupavam o espaço de pequenos institutos e associações marginais ao grande mundo acadêmico¹⁰.

No caso brasileiro o panorama era outro. As análises sobre a cultura popular antecedem uma Ciência Social propriamente universitária. Talvez fosse correto dizer que esta disciplina, no sentido amplo do termo, se inicia por esses estudos — Canudos para Euclides da Cunha; cultos africanos para Nina Rodrigues; literatura e cantos populares para Sílvia Romero. Os sociólogos devem portanto enfrentar uma disciplina tradicionalmente estabelecida nos Institutos Históricos e Geográficos, cujo padrão se contrapõe ao que está sendo gerado nas universidades. Eu diria inclusive que há uma coincidência histórica entre a emergência da Sociologia acadêmica e a institucionalização do Folclore a nível nacional. Em 1947 funda-se a Comissão Nacional de Folclore que integra o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura; em 1951 realiza-se o I Congresso Brasileiro de Folclore. Quando Edison Carneiro, em "A Sociologia e as Ambições do Folclore", responde a Florestan Fernandes, no fundo, o que ele lastima é que os sociólogos estejam invadindo um terreno tradicionalmente ocupado por outros¹¹. Ponderar que o Folclore não é uma ciência significa dizer que uma outra disciplina (Sociologia ou Antropologia) tem melhores condições para tratar da cultura popular do que o antigo saber classificatório dos folcloristas. Talvez pudéssemos dizer que a geração de sociólogos paulistas, ao "roubar" dos autores que os precederam seus velhos temas, estavam afirmando: a partir deste momento, é impossível escrevermos sobre o Brasil sem levarmos em consideração as formas específicas do conhecimento científico. A continuidade temática não se constitui portanto em simples prolongamento do passado, ela revela uma ruptura formal: a emergência da sociologia como ciência. Eu diria que esta estratégia já tinha sido aplicada em outro contexto. Quando Durkheim escreve *O Suicídio*, ele está se apropriando de um tema considerado até então como "propriedade" dos psicólogos. Ao afirmar

(8) Maria Izaura Pereira de Queiroz, *Sociologia e Folclore*, Salvador, Livraria Progresso, 1958.

(9) Florestan Fernandes, *O Folclore em Questão*, SP, Hucitec, 1978.

(10) Sobre a posição periférica dos estudos folclóricos na Europa ver Renato Ortiz, *Cultura Popular: Românticos e Folcloristas*, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUC-SP, 1985 (Textos, 3).

(11) Edison Carneiro, "A Sociologia e as Ambições do Folclore", *Revista Brasileira*, N° 23, maio-junho 1959.

que o fato social é "sui generis", isto é, que ele só pode ser realmente compreendido pela Sociologia, define-se a especificidade de uma ciência que se pretende construir. O problema dos sociólogos brasileiros nos anos 40 é análogo ao que Durkheim enfrentava; tratava-se de fundar um novo campo científico, o que implicava delimitações de fronteiras.

Mas as Ciências Sociais brasileiras não podiam somente olhar para o passado, elas tinham ainda que divisar o presente. Neste caso, a figura de Florestan Fernandes é pragmática, ela condensa a evolução de todo um pensamento acadêmico que floresceu em São Paulo. Sua insistência em estimular o conhecimento científico revela a necessidade de se implantar entre nós uma disciplina específica. A discussão que trava com Guerreiro Ramos é significativa. Quando escreve "O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros" (1958), Florestan tem em mente uma formação intelectual que seja fundamentalmente pautada pelas "normas, valores e ideais do saber científico"¹². Há um quê de Mannheim neste artigo, que trata o *ethos* da ciência como uma espécie de subcultura. Mas eu diria que seu objetivo principal é diferenciar a Sociologia das outras falas, num momento em que imperava uma polissemia sobre a interpretação do social. Primeiro, uma ruptura em relação ao senso comum, o discurso dos juristas, jornalistas e críticos literários, segundo, um distanciamento em relação à aplicação imediata do método sociológico para a resolução de problemas sociais: uma crítica da sua utilidade. Posição antagônica à de Guerreiro Ramos, que imaginava a Sociologia como uma espécie de "salvação", corpo teórico cuja vocação seria "tornar-se um saber vulgarizado"¹³. Adepto de uma visão genuinamente nacional, mas nem por isso menos provinciana, ele olhava com desconfiança as influências estrangeiras. Não sem uma certa pompa, enunciava sua "Lei do Caráter Subsidiário da Produção Científica Estrangeira": "à luz da redução sociológica, toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária"¹⁴. Dito de outra forma, a universalidade do saber é uma quimera, ele se caracteriza pela sua regionalização, adaptação forçada às sociedades nas quais se implanta. Dentro desta perspectiva, as questões político-sociais a serem enfrentadas pelo país prevalecem sobre a autonomização do conhecimento.

Há um certo desprezo pela pesquisa nas propostas de Guerreiro. No prefácio à segunda edição de sua *Redução Sociológica*, para se distinguir dos "sociólogos convencionais", ele justifica suas posições anteriores, considerando-as superiores na medida em que elas teriam sido ditadas pela "experiência" (sua atuação junto à administração estatal), não refletindo nenhum "culto livresco". No II Congresso Latino-Americano de Sociologia (1953), as recomendações que faz, seguidas literalmente, seriam desastrosas: "no estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas, e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre detalhes da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais"¹⁵. Inspiração isebiana, que percebia as ciências como ideologias impulsionadoras do desenvolvimento nacional.

No entanto, apesar de seu pensamento intempestivo, ele capta com vivacidade o momento pelo qual passa a cultura intelectual no Brasil. Sua crítica incide sobre a pretensão de se imaginar que a Sociologia se inicia com as escolas de Sociologia. Quando Florestan afirma que, "excetuando-se a produção dos sociólogos estrangeiros que lecionaram entre nós, as primeiras tentativas de vulto, na exploração de alvos científicos definidos sistematicamente da investigação socioló-

(12) Florestan Fernandes, "O Padrão do Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros", in *A Sociologia no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1977.

(13) Ver Guerreiro Ramos, *A Redução Sociológica*, RJ, Tempo Brasileiro, 1965.

(14) *Ibid.*

(15) *Ibid.*

gica, fazem-se sentir em contribuições posteriores a 1930, de Fernando de Azevedo e de Emílio Willems"¹⁶, Guerreiro Ramos se vê atingido na sua própria atividade, pois se filia a uma outra linhagem — Visconde do Uruguai, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres. Indignado, ele se arrisca inclusive a fazer alguns prognósticos: "O público não sabe hoje quem são Fernando de Azevedo e Emílio Willems, mas continua a ler aqueles autores, e em suas obras encontrando esclarecimentos úteis à compreensão objetiva do passado e do presente. Esse modo de ver do Sr. Florestan Fernandes demonstra o caráter de ideologia de professor que têm as suas considerações. Daqui a cinquenta anos — é preciso advertir — não serão os Emílio Willems de hoje, mas os Sílvio Romero de hoje que estarão vivos na memória e na gratidão dos estudiosos"¹⁷. Pode-se ler esta discussão de várias formas. Uma primeira, a controvérsia entre duas personalidades que lutam para legitimar orientações diferentes no campo das Ciências Sociais. Um embate entre uma Sociologia que se autodefine como predominantemente acadêmica, e reside em São Paulo, e outra politizada, interagindo diretamente com o Estado na capital federal. É difícil não concordar com Guerreiro em alguns pontos. O leitor paciente, ao revisitar os escritos de Willems, sente que eles são marcados por uma ingênua simplicidade. Eu diria ainda que o destaque que Florestan atribui a Fernando de Azevedo é no mínimo questionável. Ele na verdade representa uma fase de transição entre a forma bacharelesca e o discurso acadêmico. Mas quase 40 anos se passaram, e somos obrigados a admitir que os tempos dos "Sílvios Romeros" se acabaram. O debate deve portanto ser deslocado para um outro nível.

A história sempre foi um terreno movediço. Objeto de disputa de interpretação. Acreditamos que a compreensão melhor do passado é uma forma de entendermos o presente, e, às vezes, de nos orientarmos para o futuro. Há momentos porém em que sua revalorização é crucial. Penso nos grupos que se defrontam com a questão da identidade. Quando os movimentos dos negros e das mulheres começaram a confrontar a posição que ocupavam na hierarquia social, a primeira coisa que seus intelectuais fizeram foi reescrever a história. A partícula "a partir de" materializou uma visão que se insurgia contra a versão oficial de como os acontecimentos foram narrados. É como se a nova tessitura do discurso respondesse a pergunta "quem somos nós?", permitindo a esses grupos se localizarem melhor num mundo cheio de contradições. Mas para que isso acontecesse, o passado teve que ser revisto, como se a história se iniciasse "a partir" de um marco zero. Com a Sociologia se passa o mesmo. Nas décadas de 40 e 50 sua identidade era ainda amorfa, e a pergunta "o que é a nova disciplina?" pairava no ar. O pensamento sociológico brasileiro se encontrava ainda muito próximo de sua herança do século XIX; era importante separar o presente desta carga indefinida legada pela tradição. Identificá-la era delimitar fronteiras, construir um círculo no interior do qual as regras do conhecimento acadêmico passassem a vigorar. Podemos dizer, se nos restringirmos ao texto citado de Florestan, que os antepassados que ele menciona são um tanto insípidos; há inclusive uma dose de injustiça em relação aos pensadores sociais do passado, mas sua "démarche" implicava uma ruptura, enquanto Guerreiro Ramos se contentava com uma continuidade com Sílvio Romero, Euclides da Cunha e outros. Guerreiro nutria ilusões em relação a um pensamento radicalmente autóctone, e plantava suas raízes num momento anterior. Florestan Fernandes estava mais afinado com os novos tempos, que exigiam que nosso relógio acadêmico fosse acertado com os imperativos do saber internacional.

(16) Florestan Fernandes, "O Padrão do Trabalho Científico...", *op. cit.*

(17) *Ibid.*



Alguns autores começam a dividir a história das Ciências Sociais no Brasil em antes e após 64. O corte que lhes interessa não é mais a diferença entre conhecimento acadêmico e senso comum, o debate entre Florestan e Guerreiro, mas o processo de profissionalização e de institucionalização das disciplinas. Não resta dúvida que os dados sugerem esta abordagem. Até meados dos anos 60 a produção sociológica se concentrava basicamente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Não obstante, entre 1945 e 1965 foram defendidas somente 41 teses (incluindo Livre-Docência, Doutorado e Mestrado), considerando-se todos os trabalhos nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política. O panorama nacional em Antropologia não era muito diverso; em 1953 havia 41 sócios inscritos na Associação Brasileira de Antropologia¹⁸. Números modestos, que atestam a existência de um grupo profissional reduzido, girando em torno de algumas figuras centrais — Florestan Fernandes, Arthur Ramos, Darcy Ribeiro¹⁹. Este quadro muda radicalmente com a criação de uma política de Pós-Graduação e de financiamento da pesquisa. Organismos como Finep, Capes, CNPq, FAPESP e até mesmo a Ford, que em 1967 faz sua primeira doação ao Departamento de Ciência Política da UFMG, iniciam um apoio mais efetivo às Ciências Sociais. São ainda criados os programas de Antropologia do Museu Nacional (1968) e na Unicamp (1971); de Ciência Política no IUPERJ (1969); de Sociologia, na Universidade Federal de Pernambuco (1967) e na Universidade de Brasília (1970); de Ciências Sociais, na Universidade Federal da Bahia (1968). Ao longo da década de 70 esta tendência à implantação de novos cursos se amplia para todo o país. Entre 1976 e 1984 foram aprovadas 971 teses de mestrado e 145 de doutorado, dados ainda modestos, se os comparamos a países como França ou Estados Unidos, mas que realmente contrastam com os anteriores.

Este processo de expansão tem sido porém considerado quase que exclusivamente através do seu lado quantitativo. A história das Ciências Sociais começa a ser escrita de uma forma que no mínimo eu chamaria de inquietante. Em termos gerais ela diz o seguinte: teria havido no passado um momento em que o saber era um bem reservado a uma elite intelectual; as coisas mudaram, devido ao movimento de democratização do acesso a este universo fechado. Seguindo esta linha de raciocínio, Bolívar Lamounier pondera no seu estudo, *Expansão e Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil*: "a transformação do marco institucional serve significativamente para qualificar o período anterior, pois se trataria agora da passagem de um modelo burocrático-mandarínístico para um pluralista e flexível"²⁰, fenômeno que se consolidaria com o "*coming of age* de uma nova geração de profissionais". Mas fica a pergunta: qual o tipo de Sociologia produzida dentro deste contexto?

Um futuro historiador das Ciências Sociais certamente observará um paralelismo entre o desenvolvimento da Sociologia e o processo de modernização da sociedade brasileira. A década de 70 conhece uma formidável expansão do mercado de bens simbólicos: cinema, televisão, discos, livros, publicidade. Crescimento que traduz a reorganização do panorama cultural numa sociedade na qual o capitalismo avançado se consolida. O número de sociólogos também se multiplica, novas carreiras são abertas junto às fundações de pesquisa, às Secretarias de Estado, às empresas privadas (indústria cultural, publicidade). Esta demanda profissional corresponde certamente às profundas transformações por que passa uma so-

(18) Ver Otávio Velho, "Antropologia para Sueco Ver", *Revista de Ciências Sociais*, RJ, vol. 23, nº 1, 1980.

(19) Ver Mariza Corrêa, "Traficante do Excêntrico: os Antropólogos no Brasil dos Anos 30 aos Anos 60", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 3, nº 6, fev. 1988. Ou ainda *História da Antropologia no Brasil: 1950-1960*, Campinas, Vértice, 1987.

(20) Bolívar Lamounier, *Expansão e Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: um estudo preliminar*, 1981, mimeo.

cidade que se moderniza em ritmo acelerado. Até os anos 60 a Sociologia era um bem restrito a alguns centros, uma nova situação se instaura com a ampliação desordenada do mercado. Por isso os esforços de regulamentação da profissão se concentram neste período (lei 72.493, julho de 1973; projeto de lei do Senado Nº 74, 1974). O que está em pauta é o reconhecimento da atividade de um profissional que realiza pesquisas e interpreta dados sócio-econômicos e culturais. No entanto, a concepção do trabalho intelectual subjacente a este movimento se vincula à idéia de planejamento, coleta de dados para realização de diagnósticos gerais e problemas específicos a serem enfrentados pelas empresas e pelo Estado. Olhando a distância, não deixa de ser interessante analisar essa perspectiva, que funda as Associações de Sociólogos em todo o país. Ela colide com a forma "tradicional" de se pensar a Sociologia como saber universal e crítico. Manoel Berlinck foi talvez um dos poucos sociólogos brasileiros que, ainda em meados da década, percebeu a transformação do papel dos intelectuais na sociedade moderna²¹. Colocando-se contra a "armadilha do emprego", ele dizia que a Sociologia não era uma profissão, mas um "métier", ou melhor, um artesanato. Existia portanto uma diferença entre uma visão de caráter técnico-instrumental e outra clássica, na qual a perspectiva crítica não era imediatamente convertida em proposições aplicáveis à "policy" das instituições.

Uma discussão que já tinha sido travada em outros países. A polêmica entre Adorno e Lazarsfeld nos anos 40 revela esta contradição entre o especialista e o intelectual²². Duas estratégias distintas em se conceber a atividade do espírito. A primeira voltada para uma compreensão crítica da sociedade, a segunda fundamentada na produção de dados empíricos susceptíveis de serem transformados em informação. O que Adorno criticava no Radio Research Project, era o fato de ele ser teoricamente definido a partir de uma demanda externa. O financiamento pela Rockefeller Foundation exigia resultados concretos para o planejamento da política das estações de rádio comerciais. Porém, a discussão entre Adorno e Lazarsfeld não explicita somente o antagonismo entre duas concepções sociológicas, ela mostra ainda uma reorganização do campo intelectual americano. Adorno pressentia que toda uma tradição européia, universalizante, perdia terreno para uma Sociologia que se adequava aos projetos das grandes corporações e do Estado. Sua intuição era correta. É neste momento que os pensadores da escola de Chicago, hegemônicos até então no campo das Ciências Sociais, e que se pensavam como intelectuais e sociólogos, são suplantados pela Universidade de Columbia, onde floresce um entendimento profissionalizante das Ciências Sociais. Não é por acaso que as primeiras pesquisas de Lazarsfeld se fazem em estreita associação com a Columbia, assim como o desenvolvimento de seu Bureau of Applied Social Research. Esta transformação que ocorria no modo de produção científica americano era o resultado de mudanças estruturais. O exemplo do funcionalismo é instrutivo. Apesar de seu conservadorismo, não resta dúvida que Talcot Parsons se filiava à tradição de um pensamento teórico. *The Structure of Social Action* foi uma tentativa de se erigir um sistema coerente que pudesse dar conta da sociedade como um todo. Por isso seu trabalho, elaborado nos anos 30, parte de uma crítica do utilitarismo americano. No entanto, como mostra Gouldner em *The Coming Crisis of Western Sociology*, a teoria parsoniana, que no início se desvinculava de uma aplicação prática imediata, a partir da Segunda Guerra Mundial se aproxima do Estado de Bem-Estar. A questão da utilidade torna-se então fundamental. O Estado passa a investir grandes somas no financiamento das pesquisas, criando novas carreiras e oportunidades, transformando as Ciências Sociais numa espécie

(21) Manoel Berlinck, "A Sociologia e a Armadilha do Emprego", *Revista de Ciências Sociais*, Universidade Federal do Ceará, vol. VII, nº 1/2, 1976.

(22) Sobre a polêmica entre Adorno e Lazarsfeld ver: Adorno, "Experiencias Científicas y Estados Unidos" in *Consignas*, B. Aires, Amorrortu, 1973; Lazarsfeld, "An Episode in the History of Social Research: a Memoir" in D. Fleming e B. Bailyn (orgs), *The Intellectual Migration: Europe and America, 1930-1960*, Cambridge, Harvard University Press, 1969. Ou ainda, Michael Pollak, "Paul Lazarsfeld Fondateur d'une Multinationale Scientifique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 25, janv. 1979; David Morrison, "Kultur and Culture: the Case of T.W. Adorno and Paul Lazarsfeld", *Social Research*, vol. 45, nº 2, 1978.

de aparato tecnológico para sua atuação. Problemas militares, políticos, sociais, de terapia de fábrica, são agora enfrentados a partir de um diagnóstico científico que permite uma ação corretiva junto à sociedade. A Sociologia adquire um novo papel, trazer subsídios para orientar a "policy making".

Parece ser uma sina o fato de em determinados momentos as gerações se enfrentarem. A distinção que a "escola paulista" estabelecia entre ela e seus antecessores tinha como fundamento a qualidade do saber científico a ser produzido. O rompimento se dava entre os precursores e aqueles que se consideravam seus herdeiros legítimos. A geração pós-64 já encontrou o terreno aplainado, a ambigüidade entre ser ou não "ciência" tinha sido resolvida, o que lhe interessava era redefinir o "modo de produção sociológico" dentro das exigências atuais. No entanto, a oposição que agora se esboça entre "elitismo" (grupo restrito) e "democracia" (grupo ampliado) é superficial, e deixa intocadas questões relevantes. A expansão da Sociologia, assim como do mercado de bens simbólicos, não é mera expressão do espírito da liberdade; ela revela uma identidade que se ajusta a um outro patamar de organização da cultura científica: a sua profissionalização. Mas não são somente as associações de sociólogos que devem se adequar a esta realidade, também as universidades têm que integrar este "espírito da época". A descontinuidade entre intelectuais e profissionais, que nos Estados Unidos havia se dado no final dos anos 30, encontra um paralelo entre nós na década de 70. Existe porém uma particularidade no processo brasileiro, a presença do Estado autoritário.

Durante muito tempo pensamos a existência do regime militar como uma excrescência frontalmente antagônica à sociedade que o gerou. Nos deixamos assim impressionar pelos atos repressivos, esquecendo-nos de que foi esta a via encontrada para o capitalismo mais avançado se implementar no Brasil. Olhando com maior cuidado, percebemos que entre 1964 e 1980 a contradição entre censura e cultura não era na verdade estrutural, mas conjuntural, e se definia em termos táticos. O ato censor não se caracterizava exclusivamente pelo veto, atuava como repressão seletiva que impossibilitava o florescimento de determinados pensamentos ou de obras artísticas. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial, que crescem vertiginosamente neste período. O Estado repressor é também incentivador de uma política cultural: Embratel (1965), Conselho Federal de Cultura (1966), Instituto Nacional de Cinema (1966), Embrafilme (1969), Funarte (1975), Concine (1976), Fundação Pró-Memória (1979). Algo semelhante se passa com a universidade; paralelamente às cassações temos o desenvolvimento da Pós-Graduação. Nesta época, até mesmo algumas agências estrangeiras começam a se interessar mais de perto pelas Ciências Sociais no Brasil. Um estudo de José Murilo de Carvalho e Maria Suzana Soares, analisando o total de financiamento da Fundação Ford entre 1960 e 1985 chega à seguinte conclusão: há "uma curva nítida que se inicia no primeiro quinquênio em torno de uma média de US\$ 400.000 por ano, sobe a um máximo de mais de US\$ 1.200.000 no quinquênio 1970/74, e volta aos níveis iniciais no último quinquênio. A curva não pode deixar de sugerir uma comparação com a evolução política dos governos militares. Houve um máximo de gastos e de apoio às Ciências Sociais durante o período Médici quando era mais dura a repressão. Com a abertura, houve um início de recuo que atingiu o ponto mais baixo em 1985, sugerindo uma quase retirada da Fundação"²³. Não quero sugerir uma visão maniqueísta ou moralista do que se passou, seria insensato procurar distinguir entre os "heróis" e os "detratores" da história. As universidades foram reprimidas e cerceadas pelo poder ditatorial, e muitos de nós nos insurgimos contra ele. Mas eu diria que

(23) José Murilo de Carvalho e Maria Suzana Soares, "O Financiamento das Ciências Sociais" in *Relatório do Pós-Graduação da Anpocs*, mimeo.

minha geração tem a tendência a negligenciar certos fatos incômodos, afinal, foi este o momento em que encontramos espaço na vida universitária. É patente que o quadro institucional foi construído à base de uma exclusão (os professores casados — seja a "escola paulista de Sociologia", seja a "politizada" isebiana) e inclusão de novos profissionais. Em que medida isto não veio a afetar a própria concepção do trabalho intelectual?

Em 1955, Florestan Fernandes enviou a Anísio Teixeira uma série de "sugestões para o desenvolvimento das Ciências Humanas"; um ano depois, ele apresentava ao governador do Estado de São Paulo, Jânio Quadros, um "relatório sobre a situação do ensino de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo"²⁴. Nos dois documentos reivindicava uma atuação maior do governo junto às universidades. Para contornar as dificuldades de uma produção acadêmica incipiente, Florestan apontava para propostas concretas: atribuição de bolsas para alunos de cursos de aperfeiçoamento e de doutorado, criação de equipes de pesquisas, verbas. Olhando o passado, qualquer observador dirá que essas condições foram preenchidas. Mas o leitor atento, ao percorrer as páginas de *A Sociologia no Brasil*, encontrará um pequeno e sugestivo capítulo: "A Geração Perdida". Escrito bem mais tarde, já nos tempos da ditadura, ele reflete o desencanto de toda uma geração que, eu diria, vê seus objetivos realizados de uma maneira perversa. Como observa Florestan, a utopia que se encontrava por trás de uma forma de se praticar as Ciências Sociais se fundamentava numa "obsessão política". Poderíamos entender esta observação de uma maneira restrita: Florestan Fernandes foi trotskista, Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz, socialistas, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, militantes ativistas. Mas o autor logo acrescenta que se tratava de "uma obsessão que nascia da cultura e gravitava dentro dela, irradiando-se para os problemas da época e os dilemas da sociedade brasileira". Neste sentido ela contrastava com as exigências pragmáticas do ideário nacionalista. Enquanto os sociólogos paulistas tinham uma concepção do político mais ampla, que passava necessariamente pela cultura, os isebianos a reduziam a uma dimensão institucional (partido, Estado). Eu diria que o período em que são implantadas as Ciências Sociais em São Paulo favorece este tipo de interpretação. As décadas de 40 e 50 são marcadas por uma criatividade cultural que não encontra paralelo na história da cidade. Fundação do Museu de Arte de São Paulo (1947), Museu de Arte Moderna (1948), Vera Cruz (1948), Teatro Brasileiro de Comédia (1948), Bienal (1951). Momento em que se reformula a linguagem teatral, cinematográfica e científica. Ruptura com uma sociedade provinciana e conservadora, que expelia de seu seio tanto as manifestações eruditas (vistas até então como signo de ostentação de uma burguesia oligárquica) como as de caráter vanguardista (Teatro de Arena). Engajar-se significava deixar-se envolver pelo clima de efervescência que acabava penetrando o próprio trabalho intelectual. Mas não seria o caso de dizer que a força desta geração (eu utilizo o termo no sentido amplo da palavra) provinha deste engajamento?

Creio que a "escola paulista", e não somente o círculo restrito que as memórias de Florestan contemplam, é marcada por uma percepção clássica e humanística da Sociologia. O diálogo com a sociedade, e não exclusivamente a formação acadêmica, era visto como fundamental para o desenvolvimento do pensamento. A meu ver, a criatividade sociológica supõe ao mesmo tempo um corte com o senso comum e uma elaboração permanente e audaciosa de novas hipóteses. Como observa Pierre Ansart, as criações dos grandes sociólogos não se reduzem "nem ao grito da revolta (a simples ideologia), nem ao rigor das construções

(24) Florestan Fernandes, in *A Sociologia no Brasil*, op. cit.

científicas"²⁵. Evidentemente no interior da obra de um autor existe, para usar uma expressão de Gurvitch, um grau diversificado de "coeficiente ideológico". O *Manifesto Comunista* não possui a mesma complexidade de *O Capital*; da mesma forma que os escritos de Durkheim sobre o divórcio não retomam com a mesma profundidade os temas analisados em *O Suicídio*. Os elementos ideológicos se insinuam a todo momento, e devem ser controlados a partir de uma "vigilância epistemológica" permanente. Mas é impossível não reconhecer que é justamente este aspecto que permite o avanço das Ciências Sociais. Como pensar as obras de Weber sem seu pessimismo em relação à racionalidade capitalista, ou as de Marx, sem sua fé revolucionária? A criatividade sociológica se alimenta de uma situação ambígua, o rigor e o controle científico, e uma vinculação apaixonada com o mundo. Não creio que a categoria gramsciana de intelectual orgânico seja adequada para circunscrever o artesanato acadêmico. Florestan Fernandes, quando discute "sobre o trabalho teórico", observa que "uma atividade militante intensa é incompatível com a vida acadêmica: ela pode ser posta de modo transitório em dados momentos"²⁶. A política quebra o isolamento intelectual, mas seu exercício prolongado nos empurra para as razões pragmáticas que lhes são inerentes. Dos *Cadernos do Cárcere* prefiro a passagem em que Gramsci nos fala da atividade intelectual como uma "ironia apaixonada". A ironia me distancia da realidade imediata, e permite transcendê-la, a paixão me recoloca no mundo. Penso que é esta a tensão que tende a desaparecer com a profissionalização das disciplinas. O que se apresentava como um projeto utópico para o conhecimento, se vê aprisionado nas engrenagens das instituições.

Creio que entre nós o Estado autoritário acelerou um processo duplo de desencantamento do mundo. A nível estrutural temos uma racionalização que atinge a sociedade como um todo; a nível da esfera política, esta racionalidade incorpora uma dimensão coercitiva inerente ao regime militar. Talvez pudéssemos dizer que no caso brasileiro houve uma conjunção de forças que se concentraram num determinado período, favorecendo um ajustamento acelerado dos indivíduos às novas formas de organização da sociedade. As Ciências Sociais não escapam deste destino; o braço repressor, ao lado da racionalização da sociedade, acelerou o hiato geracional, legitimando uma nova prática científica. Sem o saber, Florestan estava falando de uma outra geração que, contrariamente à dele, tem hoje dificuldade de encontrar um espaço para se "perder". Com o crescimento do mercado universitário, a produção em Ciências Sociais começa a ser simples reprodutora da razão organizacional. A defesa dos interesses corporativos, sobretudo quando existem recursos para isso, torna-se preponderante sobre o projeto acadêmico. Os relatórios de pesquisa e os "papers" gradativamente vão substituindo os livros e ensaios; sem esquecer que o grande número de publicações se compõe basicamente de medianas teses de mestrado (o que evidentemente não retira a necessidade da existência e o valor dessas teses). Por isso, até mesmo alguns sociólogos, que de alguma maneira apostaram no modelo institucional, vêm com reserva o quadro atual. Otávio Velho pensa que houve um relativo recuo em relação ao período anterior, no qual muitas das produções eram mais expressivas²⁷. O diagnóstico de Sílvia Maranhão sobre a Pós-Graduação é similar: "no Brasil, a produção científica na área da Sociologia, enquanto resultado da institucionalização dos programas de pós-graduação e pesquisa, é ainda bastante limitada e relativamente pouco expressiva. Considerando o grande número de programas pós-graduados existentes no país seria de se esperar, naturalmente, a produção de um número bastante mais significativo de trabalhos de maior destaque"²⁸.

(25) Pierre Ansart, "Es Ideológico Todo Conocimiento de lo Social?" in Jean Duvignaud (org.), *Sociología del Conocimiento*, México, Fondo de Cultura Económica, 1982.

(26) Florestan Fernandes, "Sobre o Trabalho Teórico", *Transformação*, Departamento de Filosofia de Assis, SP, Nº 2, 1977.

(27) Otávio Velho, "Processos Sociais no Brasil pós-64: as Ciências Sociais", in Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

(28) Sílvia Maranhão, *A Pós-graduação e a Pesquisa em Sociologia*; notas para uma avaliação, 1982, mimeo.

Eu tenderia a redirecionar o diagnóstico apresentado: considerando a história da cultura na sociedade brasileira, dificilmente o resultado seria diverso. A comparação que fiz com a escola de Chicago indica que o processo de autonomização das Ciências Sociais é tardio entre nós, mas é necessário acrescentar que esta tendência se confina quase que exclusivamente à cidade de São Paulo. Um estudo de Sérgio Miceli sobre "os condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil: 1930-1964"²⁹ mostra que no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, a prática sociológica está estreitamente vinculada às escolas superiores tradicionais (Direito) e ao autodidatismo. No Rio de Janeiro, sob o ataque das forças conservadoras, o pensamento sociológico sofre um golpe em 1939, com a extinção da Universidade do Distrito Federal. Com exceção de Costa Pinto e Guerreiro Ramos, os nomes mais importantes como Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Paulo de Almeida Magalhães, Israel Klabin, provinham todos de áreas como o direito, e até mesmo da engenharia. Em Belo Horizonte, o ensino da Sociologia se implantou de início nos colégios universitários, somente em 1941 foi organizado o primeiro curso universitário de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia. No entanto, ele encerra suas atividades no ano seguinte por falta de candidatos, sendo reaberto em 1947; e deveríamos acrescentar, com professores improvisados.

Na verdade, o que acontece com as Ciências Sociais se reproduz com as diversas disciplinas acadêmicas. A implantação de uma universidade moderna a nível nacional é recente entre nós; na prática ela somente se realiza com a Reforma de 1968. Isto justifica a fragilidade do conhecimento científico, que se reflete em todos os setores. Os números falam por si. Em 1984, nas universidades federais autárquicas somente 12,3% dos professores possuíam doutorado, 22,1% o título de mestre. Nas Fundações o quadro era ainda mais grave: 10,2% com doutorado, 23,5% com mestrado. Esses dados se distribuíam da seguinte maneira³⁰:

Autarquias

	<i>Doutorado</i>	<i>Mestrado</i>	<i>S/titulação</i>
Titulares	44,2	12,5	43,3
Adjuntos	35,2	24,8	39,9
Assistentes	1,4	31,4	67,2
Auxiliares	1,0	4,5	94,5

Fundações

	<i>Doutorado</i>	<i>Mestrado</i>	<i>S/titulação</i>
Titulares	24	15	61
Adjuntos	22	29	49
Assistentes	2	35	63
Auxiliares	1	7	92

Um observador exigente não se contentaria simplesmente com esta demonstração numérica, ele se perguntaria sobre a qualidade das teses produzidas. Neste caso seu dissabor seria grande. Ao lado daqueles que tiveram formação nos centros de Pós-Graduação, no Brasil e no exterior, em boa parte das universidades

(29) Sérgio Miceli, "Condições do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil: 1930-1964", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 2, nº 5, outubro 1987

30) *Tendências das Instituições de Ensino Superior na Década de 80*, MEC, Brasília. 1985.

a progressão na carreira se fez através de uma equivalência de rápidos memoriais (ou pequenas dissertações) ao título de doutor. Fórmula encontrada para "qualificar" o corpo docente. Conhecendo-se esta realidade, fica a pergunta: o que entender por competência de nossas Ciências Sociais? (eu diria das ciências em geral). É significativo observar que o debate sobre a competência praticamente evita colocar esta questão. Tudo se passa como se a qualidade científica tivesse como adversário principal o corporativismo político das associações de docentes (o que em parte é verdade)³¹. Porém, dentro do quadro apresentado não seria mais correto questionar a correspondência entre poder acadêmico e competência científica? Antonio Candido dizia, numa de suas conferências a que assisti, que no Brasil a crítica do saber chegou antes do conhecimento. Evidentemente ele se referia àqueles que automaticamente identificavam o saber ao poder. Creio que ele tem razão, mas o que me interessou na sua afirmação foi mais o lado de diagnóstico da atividade intelectual do que propriamente seu aspecto crítico. Se de fato existe na periferia uma contradição entre ser e não ser, nossas idéias se encontram "fora do lugar", temos que admitir também que a defesa da instituição acadêmica chegou antes dos parâmetros acadêmicos. E os motivos que levaram a isso são menos nobres do que o simples desprendimento científico; eles se vinculam a interesses específicos: a manutenção das regras do jogo instituído.

Dizer que a implantação das Ciências Sociais em escala nacional somente se iniciou na década de 60 significa compreender que este movimento é simultâneo ao momento em que o modelo de trabalho intelectual se encontrava em plena mudança. A política de pós-graduação teve portanto que ser construída sobre uma tradição que ainda não existia. Por isso a discussão sobre a "qualidade acadêmica" é delicada. Ao lado dos contragolpes do regime autoritário, temos um terreno relativamente inculto, que deita raízes no passado de nossos precursores do século XIX. O "*coming of age*" da nova geração de profissionais" tem pouco de glorioso; não possuindo o capital que uma eventual tradição pudesse nos legar, tivemos que construir a nova legitimidade sobre os alicerces dos imperativos institucionais. Não é por acaso que a polêmica sobre a competência, também nas Ciências Humanas, tem pouca consistência intelectual, e na maior parte das vezes encobre uma demanda burocrática: a necessidade de os órgãos de planejamento e de financiamento estabelecerem critérios racionais para uma melhor distribuição dos recursos.

(31) Ver por exemplo J. Arthur Giannotti, *A Universidade em Ritmo de Barbárie*, SP, Brasiliense, 1986.

Renato Ortiz é professor livre-docente do Departamento de Ciências Sociais do IFCH da Unicamp.



Desenho de Inês de Araújo